



GT 023. Antropologia, gênero e saúde no contexto neoliberal e neoconservador no Brasil: desafios e estratégias de enfrentamento

Rozeli Maria Porto (UFRN) - Coordenador/a, Mônica Franch (Universidade Federal da Paraíba) - Coordenador/a

Nas últimas décadas, o avanço na pesquisa antropológica sobre as articulações entre gênero, saúde e sexualidade tem evidenciado problemáticas importantes no campo dos Direitos Humanos e fundamentais. Reflexões relacionadas à saúde sexual e reprodutiva de mulheres e homens, em suas várias orientações de gênero e sexualidade, têm provocado aos pesquisadores em um campo moral a pensarem no entrecruzamento desses direitos com diferentes marcadores sociais da diferença. Essas questões se tornam urgentes num contexto hodiernamente sombrio no país, marcado pela implantação de um projeto econômico e socialmente excludente, que está levando ao desmonte de políticas públicas de saúde. Os direitos relativos ao aborto, ao parto humanizado, o acesso a serviços de saúde para travestis e transexuais ou, ainda, a prevenção e tratamento de infecções sexualmente transmissíveis, como o HIV/Aids, estão cada vez mais ameaçados diante de tais circunstâncias. Frente aos desafios impostos por esse contexto neoliberal e neoconservador, a proposta deste GT é refletir sobre as estratégias teóricas, metodológicas e políticas que estamos desenvolvendo no cotidiano de nossas pesquisas em torno das questões de gênero, saúde e sexualidade. Podem girar em torno de temas como maternidade, aborto, HIV/Aids, Tec. Reprod., diversidade sexual e transexualidade, e suas articulações entre gênero, classe, raça, etc; relações e/ou conflitos com o Estado; fluxos de poder, influências políticas, morais e/ou religiosas.

Criminalização do aborto e as bruxas no século XXI: biopoder e violência estatal

Autoria: Bruno Pinho Chaves, CAMILA MACHADO RAMOS DE CASTRO

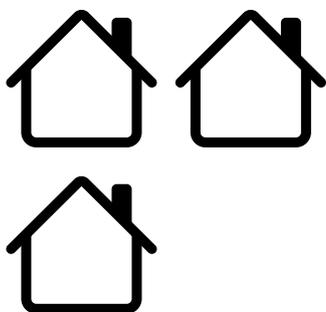
Este work tem por objetivo fomentar o debate sobre a criminalização do aborto no Brasil. A elaboração deste se deu a partir de uma análise histórica com embasamento bibliográfico, começando pelo período da caça às bruxas, no início da Modernidade, e terminando na análise de discursos contemporâneos. Ademais, a discussão será trabalhada através da interseccionalidade (gênero, classe e raça). Para compreender a genealogia da proibição do aborto nas sociedades modernas recuo ao período de “transição ao capitalismo” na Europa. Entre as diversas mudanças que marcam o início da modernidade, encontra-se a domesticação dos corpos femininos e o consequente controle reprodutivo da população. Com base na literatura feminista contemporânea aponto a relação entre a criminalização do aborto e o pensamento capitalista, suas origens, continuidades e efeitos práticos, no contexto brasileiro. Para começar é necessário dizer que as bruxas eram as parteiras e as curandeiras, mulheres que curavam, que dominavam práticas de reprodução e contracepção humanas e que eram, sobretudo, mulheres mais velhas, fora da faixa de idade reprodutiva. A caça a elas teve como objetivo o extermínio dessas práticas, pois mostravam-se incompatíveis e um perigo à configuração do capitalismo. De acordo com Silvia Federici (2017), num contexto de privatização das terras comunais, crise econômica e redução populacional, a privatização dos corpos femininos na família nuclear heteronormativa atuou como instrumento do regime de biopoder que se iniciava. Seu objetivo foi administrar o crescimento demográfico, acabando com o controle das mulheres sobre seus corpos e capacidade reprodutiva. Contudo, após a criminalização, os abortos não deixaram de acontecer. Segundo os dados da PNA 2016, cerca de 16% de um total de 442 entrevistadas que já realizaram aborto alguma vez tem renda familiar de um salário mínimo, dados significativos em relação às mulheres com rendas maiores. E 15% do total dessas 442 mulheres são negras, proporção muito superior às brancas com 9%. Isso mostra que através da negligência do seu papel, o Estado assume seu caráter racista (KALCKMANN; DOS SANTOS; BATISTA; DA



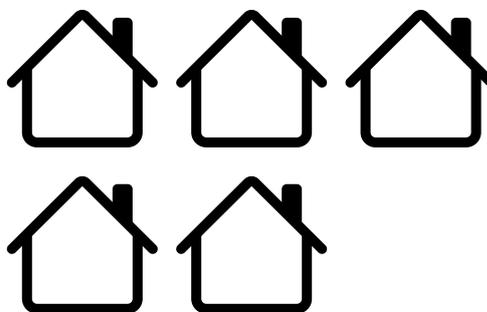
CRUZ, 2007). Por fim, conclui-se que os discursos contra o aborto, no fundo, além de serem formas de criminalizar a pobreza e dar continuidade ao racismo, não são pró-vida, e sim pró-capitalismo. DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo; MADEIRO, Alberto. Pesquisa nacional de aborto 2016. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 22, p. 653-660, 2017. FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Editora Elefante, 2017. KALCKMANN, Suzana., Santos, Claudete G. D., Batista, Luis Eduardo, & Cruz, Vanessa. M. D. (2007). Racismo institucional: um desafio para a equidade no SUS?. *Saúde e sociedade*, 16, p. 146-155.



Realização:



Apoio:



Organização:

